



Política de Investimento Pessoal

Versão 1.3 – janeiro de 2026

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

ÍNDICE

1. Propósito e Abrangência	3
2. Base Legal.....	3
3. Responsabilidade	5
4. Regime de Presunção	5
5. Plano de Investimento e Desinvestimento	6
6. Regra de Negociação	7
7. Aquisição de Fundos geridos pela Parcitas	10
8. Atuação da Parcitas e Colaboradores na Contraparte dos Fundos.....	10
9. Investimento de Recursos Próprios	11
10. Documentação e Armazenamento	11
11. Dúvidas.....	12
12. Revisão e Programa de Compliance	12
13. Controle de Versões	12

1. Propósito e Abrangência

Esta Política de Investimento Pessoal tem como objetivo evitar conflitos de interesse em negociações de valores mobiliários conduzidas pelos colaboradores e pela gestora, garantindo o alinhamento com os interesses dos investidores. Ela será aplicada pelas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”), no contexto de suas atividades de Gestão de Recursos de Terceiros, realizadas por meio de Fundos de Investimentos (“Fundos” ou “Classes”)

Esta política abrange todas as transações pessoais realizadas por indivíduos que ocupem cargos, funções, posições ou que mantenham vínculos societários, empregatícios, comerciais, profissionais ou de confiança com a Parcitas (“Colaboradores”). Além disso, ela se estende aos familiares diretos dos Colaboradores, como cônjuges, companheiros, filhos e enteados que residam no mesmo domicílio ou dependam financeiramente, além de pessoas jurídicas nas quais os colaboradores ou seus familiares influenciem decisões de investimento (“Partes Relacionadas”).

São excluídas desta política as Partes Relacionadas nas seguintes situações:

- Não apresentem conflito de interesses com a Parcitas.
- Possuam investimentos realizados antes da vigência desta política.
- Trabalhem em outras instituições do mercado financeiro e estejam sujeitas e amparadas às regras específicas dessas instituições; ou
- Não participem diretamente da gestão dos seus investimentos e não possuam influência sobre as decisões de investimento.

Outras exclusões podem ser aplicadas às Partes Relacionadas, desde que previamente aprovadas, de forma expressa, pelo Diretor de Riscos e Compliance.

2. Base Legal

Este documento é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho de todos os colaboradores, refletindo o compromisso da organização com a conformidade regulatória estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), além de assegurar o cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Este documento serve de apoio e orienta as ações e decisões de investimentos, assegurando que a atividade de gestão de recursos de terceiros realizada pela Parcitas seja conduzida em

conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam o Código de Conduta da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Código Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros: Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Regras e Procedimentos Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (“AGRT”): Define regras e procedimentos no seu Anexo Complementar III para a administração e gestão de recursos de terceiros.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Aplicação e Interpretação do Código

Para a interpretação dos dispositivos deste Código de Conduta, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade

As disposições desta Política aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

3. Responsabilidade

A supervisão direta das atividades relacionadas à execução desta política cabe ao Diretor Estatutário responsável pelas áreas de gestão de riscos, compliance, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro da Parcitas designado como ("Diretor de Riscos e Compliance"). Essa responsabilidade é estabelecida no Formulário de Referência e no Contrato Social da Parcitas, em conformidade com os termos da Resolução CVM 21.

A equipe de Riscos e Compliance tem a incumbência de analisar as informações fornecidas pelos colaboradores sobre seus investimentos pessoais. Nos casos em que forem identificadas suspeitas fundamentadas de que as condutas dos colaboradores estejam em desacordo com o que estabelece esta política, a questão deverá ser imediatamente encaminhada ao Diretor de Riscos e Compliance para que sejam avaliadas e adotadas as medidas corretivas necessárias.

Qualquer comportamento inadequado, seja por ação ou omissão, no cumprimento desta política será tratado como negligência profissional e considerado uma infração grave. Os Colaboradores envolvidos em tais condutas estarão sujeitos a sanções legais, regulatórias e disciplinares, conforme o Manual de Controles Internos da Parcitas.

4. Regime de Presunção

Conforme estipulado na Parte Geral da Resolução CVM 175 e alinhado com o Manual de Controles Internos da Parcitas, é proibido utilizar informações relevantes e não divulgadas ao público para obter vantagem pessoal ou para terceiros por meio de negociações em mercados organizados.

Para que se configure o uso indevido de informações relevantes ainda não divulgadas em negociações de cotas de fundos, as seguintes presunções são aplicáveis:

- i. Uso de Informação Relevante: Presume-se que a pessoa que realizou a negociação de cotas de um fundo, possuindo acesso à informação relevante e ainda não divulgada,

utilizou tal informação em benefício próprio ou de terceiros.

- ii. Acesso dos Colaboradores: Todos os colaboradores da Parcitas que participam de decisões relativas à gestão da carteira de ativos dos fundos sob gestão possuem acesso a informações relevantes ainda não divulgadas acerca desses fundos.
- iii. Participação dos Cotistas: Cotistas que participam das decisões sobre a gestão da carteira de ativos de um fundo também têm acesso a informações relevantes ainda não divulgadas sobre o fundo no qual são cotistas.
- iv. Reconhecimento de Informação Privilegiada: As pessoas mencionadas nos itens anteriores, bem como aquelas com relações comerciais, profissionais ou de confiança com a Parcitas, ao terem acesso a informações relevantes não divulgadas, devem reconhecer que tais informações são privilegiadas.
- v. Afastamento da Parcitas: Caso a Parcitas, como prestadora de serviços essenciais, se afaste ou seja afastada de um fundo, e ainda detenha informações relevantes não divulgadas, é presumido o uso indevido dessas informações caso realize negociações de cotas nos três meses subsequentes ao seu afastamento.

Essas presunções (a) são relativas e devem ser avaliadas juntamente com outros elementos que possam indicar a prática do ilícito de uso de informações privilegiadas, e (b) podem ser aplicadas de maneira combinada, dependendo do caso.

A proibição da negociação de cotas de fundos não se aplica à subscrição de novas cotas, desde que sejam observadas as normas relativas à divulgação de informações relevantes no contexto da emissão e distribuição de cotas, conforme disposto na Resolução CVM nº 160, de 1º de julho de 2022.

5. Plano de Investimento e Desinvestimento

Além das disposições previamente mencionadas, os Diretores da Parcitas, conforme estipulado no Contrato Social da empresa, e seus colaboradores têm a possibilidade de formalizar um plano de investimento e desinvestimento. O plano visa excluir a aplicação de presunções regulatórias, sendo referido como “Plano de Investimento e Desinvestimento”. Para sua validação, o plano deve atender aos seguintes critérios:

- Formalização por Escrito: O plano deve ser formalizado por escrito.
- Verificabilidade: O conteúdo do plano, incluindo qualquer alteração subsequente, deve ser passível de verificação.
- Detalhamento Irrevogável: O plano deve definir, de maneira irrevogável, as datas ou

eventos que irão determinar as operações, assim como os valores e quantidades dos negócios a serem realizados. Métodos consistentes e verificáveis podem ser empregados para estabelecer tais valores e quantidades.

- Prazo Mínimo de Efeito: Qualquer plano, suas modificações ou seu cancelamento somente produzirão efeito após um período mínimo de três meses.

Os Diretores da Parcitas e seus colaboradores não podem manter simultaneamente mais de um plano de investimento e desinvestimento relacionado à mesma classe de cotas. Além disso, é proibido realizar operações que neutralizem ou diminuam os efeitos econômicos das operações previstas no plano, salvo se o plano contemplar operações com derivativos que gerem efeitos semelhantes.

Essas diretrizes garantem a transparência e a integridade dos processos de investimento e desinvestimento, alinhando-se com as boas práticas de governança corporativa.

6. Regra de Negociação

6.1. Negociações Vedadas

A fim de garantir a conformidade e a transparência em todas as operações financeiras realizadas, ficam vetadas as seguintes práticas aos colaboradores, gestores e representantes da Parcitas Investimentos:

- Uso de Informação Privilegiada: Enquanto em posse de informações não públicas e relevantes, capazes de influenciar de maneira significativa a decisão dos investidores no mercado, é estritamente proibido negociar quaisquer valores mobiliários. Essa restrição aplica-se tanto à compra, venda ou recomendação de negociação para sua própria conta quanto para a de terceiros, mesmo que tais informações não tenham sido obtidas em decorrência direta do exercício de suas funções. Esse tipo de informação, denominada "Informação Privilegiada", refere-se a dados exclusivos do emissor de qualquer ativo financeiro.
- Negociação com Informações Confidenciais: É proibido negociar ou encorajar terceiros a negociarem com base em qualquer tipo de informação confidencial da qual se tenha conhecimento, independentemente da forma como essa informação foi obtida. A proibição inclui a utilização de informações confidenciais, mesmo que estas não se configurem formalmente como Informação Privilegiada.
- Negociações com Base em Informações sobre Transações Propostas: É vedada a compra ou venda de ativos financeiros com base no conhecimento prévio de negociações propostas, seja por investidores, pela própria Parcitas Investimentos ou por relatórios que ainda não tenham sido publicados. Isso busca preservar a integridade das transações e evitar qualquer vantagem indevida.

- Proibição de Operações de Day Trade: É expressamente proibida a realização de operações de *day trade* no contexto das atividades da Parcitas Investimentos, visando alinhar as operações de compra e venda de ativos financeiros com os objetivos de longo prazo da política de investimento.
- Negociação com Derivativos: Permitido apenas para instrumentos cambiais usados como proteção financeira. Qualquer outra forma de negociação com derivativos está fora dos limites definidos nesta política.
- Ativos Financeiros Não Contemplados: Estão proibidos de adquirir ou negociar ativos financeiros que não estejam expressamente contemplados nesta política de investimento.

Essas diretrizes visam garantir a integridade e a responsabilidade nas práticas de investimento, protegendo tanto a Parcitas Investimentos quanto seus clientes e o mercado em geral de qualquer forma de abuso de informação ou negociação inadequada.

6.2. Negociação com *Holding Period*

Os colaboradores da Parcitas Investimentos podem adquirir determinados ativos financeiros, desde que os mantenham em suas carteiras pessoais ("*holding period*") por, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de compra.

Essa exigência de *holding period* visa garantir (i) a coerência das operações com a filosofia de investimento de longo prazo da empresa e (ii) o compromisso integral dos colaboradores em atender exclusivamente aos interesses da Gestora e de seus investidores.

A seguir, estão listadas as categorias de ativos permitidos, sujeitas ao cumprimento do período mínimo de retenção do ativo em carteira:

- Ativos de Renda Variável (Ações): É permitido aos colaboradores adquirir ações, incluindo a participação em Ofertas Públicas Iniciais (IPOs), tanto de ativos nacionais quanto internacionais.
- Ativos de Crédito: A compra de ativos de crédito é permitida.
- Derivativos: A negociação de derivativos de câmbio é autorizada, desde que com o único propósito de proteger o patrimônio financeiro dos colaboradores.
- Cotas de ETFs: É permitida a aquisição de cotas de ETFs listados no Brasil ou no exterior.
- Cotas de Fundos de Investimento Negociados em Bolsa: Colaboradores podem negociar

cotas de fundos de investimento listados em bolsa.

- Títulos Públicos: A compra de títulos públicos emitidos no Brasil ou no exterior.

6.3. Exceções

Qualquer operação que não se enquadre nos ativos permitidos, conforme listado abaixo, deve ser previamente comunicada e submetida à aprovação do Diretor de Riscos e Compliance. A solicitação deve ser feita por meio de requerimento escrito por email, contendo as seguintes informações:

- Instituição Financeira: O nome da instituição financeira através da qual o colaborador pretende realizar o investimento;
- Valor do Investimento: O montante em reais ou dólares, conforme aplicável, do investimento proposto;
- Especificação dos Ativos: A quantidade e a descrição detalhada dos valores mobiliários que o colaborador planeja adquirir.

O Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas Investimentos pode, em caráter excepcional e mediante autorização prévia, conceder exceções às restrições previstas nesta política de investimento, incluindo a possibilidade de redução do período de holding em circunstâncias específicas. O Comitê também estará disponível para esclarecer eventuais dúvidas sobre a aplicação dessas regras.

Colaboradores que, no momento da adesão a esta política, possuírem investimentos em desconformidade com os termos aqui estabelecidos, deverão proceder com a liquidação ou resgate desses ativos. A comprovação da alienação ou resgate deve ser apresentada ao Comitê de Riscos e Compliance, salvo se houver autorização prévia deste Comitê para a manutenção dos ativos.

6.4. Negociações permitidas

São permitidas a realização das seguintes negociações

- Títulos emitidos por instituições financeiras não negociados em mercados organizados como CDBs, RDB, LCI, LCA e operações compromissadas lastreadas em tais títulos;
- Fundos de investimentos regulados pela CVM, exceto cotas de fundos de investimentos negociados em bolsa.

- Poupança

7. Aquisição de Fundos geridos pela Parcitas

Os colaboradores estão autorizados a realizar investimentos em fundos geridos pela Parcitas, desde que sejam observadas as seguintes condições:

- Proibição de Investimento ou Resgate com Informação Privilegiada: Não é permitido realizar aplicações ou resgates em fundos geridos pela Parcitas caso o colaborador tenha acesso a informações privilegiadas sobre esses fundos que possam causar uma alteração significativa no valor de suas cotas. Essas informações podem estar relacionadas à precificação e liquidez dos ativos, incluindo resgates substanciais não divulgados ao mercado que possam impactar o valor do fundo e suas cotas, seja para aumento ou diminuição.
- Declarações Verídicas sobre Investimentos Pessoais: Qualquer declaração, verbal ou escrita, feita pelos colaboradores a investidores ou potenciais investidores sobre seus investimentos pessoais nos fundos deve ser completamente verdadeira e transparente. Tais declarações não devem ter o intuito de influenciar de maneira imprópria as decisões de investimento de outros investidores, nem devem resultar no uso indevido de informações privilegiadas, manipulação de mercado ou violação das obrigações de confidencialidade.

Essas condições garantem que os investimentos pessoais dos colaboradores nos fundos da Parcitas sejam realizados de maneira ética e transparente, mantendo a integridade do mercado e o alinhamento com as melhores práticas de governança.

8. Atuação da Parcitas e Colaboradores na Contraparte dos Fundos

Conforme estabelecido pela Resolução CVM 21, é proibido à Parcitas desempenhar o papel de contraparte, seja de forma direta ou indireta, em transações que envolvam fundos de investimento, exceto quando tal permissão estiver claramente indicada nos regulamentos dos fundos. Portanto, a participação da Parcitas como contraparte deve ser evitada, a menos que esteja expressamente autorizada pelos regulamentos vigentes.

Embora a prática de realizar operações cruzadas entre fundos, ou em que a própria Parcitas atue como contraparte, não seja uma conduta usual, caso essas operações ocorram, elas devem observar integralmente as normas estabelecidas no Código de Ética da empresa. Isso

é essencial para garantir que possíveis conflitos de interesse sejam tratados de forma adequada, sem favorecer ou prejudicar qualquer uma das partes envolvidas.

Para assegurar a transparência dessas transações, a Equipe de Riscos e Compliance desempenha um papel crucial, sendo responsável por revisar as operações em relatórios separados. O objetivo é garantir que não haja qualquer benefício ou prejuízo indevido em favor de qualquer uma das partes. Essas revisões detalhadas são fundamentais para assegurar que as operações sejam conduzidas de forma justa e imparcial.

Além disso, a equipe de Riscos e Compliance deve manter um registro organizado e separado de todas as transações em que a Parcitas tenha atuado como contraparte, conforme estipulado nos regulamentos aplicáveis. Isso garante a rastreabilidade e o cumprimento das obrigações regulatórias e éticas, sendo um elemento importante de governança e controle interno.

Esse conjunto de práticas visa minimizar possíveis riscos de conflito de interesses, reforçando o compromisso da Parcitas com a ética, a transparência e o rigor no cumprimento das regras de governança na administração de recursos de terceiros.

9. Investimento de Recursos Próprios

A Parcitas não adotará uma estratégia de gestão ativa para seus recursos próprios. Esses recursos serão destinados exclusivamente ao pagamento de despesas operacionais e à distribuição de lucros entre os sócios. Para garantir a liquidez necessária para essas finalidades, o caixa da empresa será investido exclusivamente em instrumentos financeiros de baixo risco e alta liquidez, tais como:

- Fundos de investimento DI de terceiros com liquidez imediata;
- Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos por bancos de primeira linha;
- Títulos públicos;
- Outros investimentos de renda fixa permitidos dentro dos parâmetros desta política.

10. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas a presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail, e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

A presente política está disponível na sede da Gestora bem como em seu endereço eletrônico: www.parcitas.com.br.

11. Dúvidas

Dúvidas relacionadas com a presente política devem ser esclarecidas com o Diretor de Riscos e Compliance da Parcitas, e eventuais comunicações devem ser enviadas para: compliance@parcitas.com.br.

12. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade aos normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos e os resultados deverão ser objeto de discussão entre os membros do Comitê de Riscos e Compliance, sendo que eventuais deficiências e sugestões deverão constar no relatório anual de Riscos e Compliance.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PIP_1	Declaração de Investimentos	Compliance	Contratação / Anual	Compliance

13. Controle de Versões

Nome do documento:	Política de Investimentos Pessoais
Área de emissão:	Riscos e Compliance
Responsável:	Rodrigo Cefaly de Aranda Gatti

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.2023	1.0	11	Comitê de Riscos e Compliance
25.03.2024	1.1	11	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.2025	1.2	13	Comitê de Riscos e Compliance
02.01.2026	1.3	13	Comitê de Riscos e Compliance

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

Por meio deste instrumento, eu, _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, colaborador da Parcitas Gestão de Investimentos Ltda, CNPJ nº 20.403.524/0001-30, declaro para os devidos fins ter observado integralmente no ano anterior a Política de Investimentos Pessoais (“Política”) da Parcitas, da qual tomei conhecimento e com a qual concordei.

Ainda declaro que, nesta data:

- Meu nível de endividamento pessoal está totalmente compatível com minha remuneração e patrimônio.
- Não realizei nenhum investimento ou operação em desacordo com a Política, e os relatórios que apresentei no ano anterior refletem de maneira completa e fiel todos os investimentos que possuo nos mercados financeiros e de capitais, conforme exigido por esta Política.
- Reconheço que esta declaração faz parte das políticas adotadas pela Parcitas em conformidade com a Resolução CVM 21.

Por fim, declaro estar ciente de que qualquer informação falsa ou incorreta poderá me sujeitar não apenas às sanções previstas nos Manuais Internos da Parcitas, mas também às penalidades legais.

Local, ____ de _____ de _____

Assinatura



parcitas
i n v e s t i m e n t o s